

FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

**Demonstrações contábeis
em 31/12/2021 e Relatório dos
Auditores independentes**

Março de 2022

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da
FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis da Fundação Viva de Previdência (“Fundação” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de “consolidado”, por definição da Resolução CNPC nº 43/2021) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais do ativo líquido, da mutação dos ativos líquidos e das provisões técnicas, todas relativas ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Viva de Previdência e individual por Plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

- 1) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 7 b), a Entidade é ré em ação judicial coletiva movida pelo SINDISPREV – RJ, onde foi requerido a descaracterização do Plano de Benefícios Viva Pecúlio e a consequente devolução dos valores das contribuições vertidas pelos participantes desde o momento da sua primeira contribuição ao plano até os dias atuais. Em 31 de agosto de 2018 ocorreu a condenação da Fundação em 1ª instância para promover a devolução das contribuições, cujo valor apurado com base nos critérios definidos em sentença judicial totaliza R\$ 173.587 mil em 31 de dezembro de 2021, sendo que R\$80.964 mil estão reconhecidos no Exigível contingencial e R\$ 92.623 mil compõe o saldo das provisões matemáticas do Plano consideradas em Nota técnica atuarial. A Entidade recorreu da decisão judicial que lhe foi desfavorável e aguarda julgamento do recurso.
- 2) O plano VIVA PECÚLIO apresenta superávit acumulado de R\$308.688 mil em 31 dezembro de 2021, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado e nas Demonstrações do ativo líquido e das provisões técnicas. A Nota explicativa nº 9 detalha que este superávit é o excedente patrimonial dos recursos financeiros do Plano se comparados com as obrigações que possuem risco atuarial, sendo ele é dividido em duas contas, a saber: Reserva de Contingência de R\$127.965 mil e Reserva Especial para revisão do plano de R\$180.993 mil. De acordo com a Resolução CNPC 30/2018, havendo saldo de Reserva Especial por três exercícios consecutivos, a Entidade deverá promover a revisão do plano de benefício para destinação do excedente superior à Reserva de contingência. A Fundação VIVA deverá promover a revisão do plano em 2022.
- 3) O plano VIVA PECÚLIO apresenta Provisões matemáticas com característica de Benefício definido no montante de R\$840.101 mil (R\$1.069.371 mil em 31/12/2020), classificadas como “Benefícios a conceder, conforme informado na Demonstração das provisões técnicas do plano. A redução desta provisão em R\$229.270 mil em 2021, se deu, dentre outros motivos, pela revisão da base de cálculo de obrigação decorrente dos cancelamentos das inscrições de participantes requeridos por eles próprios ou por conta de inadimplência com suas contribuições. De acordo com o descrito na Nota explicativa 8.1 c), em decorrência do recálculo da estimativa dessa provisão, a Fundação reverteu a importância de R\$ 115.554 mil, que contribuiu de forma relevante na apuração do superávit do plano, de R\$ 35.401 mil. Ademais, a Fundação transferiu o valor remanescente desta provisão para um Fundo Previdencial específico, conforme apresentado na Nota explicativa nº 10 c) apoiado em parecer técnico atuarial.

Outro assunto

As Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos uma Opinião sem ressalvas em 12 de março de 2021 e conteve o mesmo parágrafo apresentado no item 1) do tópico Ênfase supra.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis e o Relatório dos Auditores

Os Gestores da Fundação Viva são responsáveis por prepararem outras informações da Fundação Viva de Previdência e divulgá-las no Relatório Anual de Informações - RAI. Este relatório é requerido pela Instrução PREVIC 13/2014 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações contábeis da Entidade remetidas para a PREVIC. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes.

De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os Auditores devem efetuar leitura e verificação de consistência dessas informações em relação às Demonstrações contábeis auditadas. Na data de emissão deste relatório, o RAI de 2021 ainda estava em fase de elaboração e, por esta razão, não efetuamos a leitura do mesmo, cujo prazo final de entrega é previsto para ocorrer até o final de abril de 2022.

Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais - RAI e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Fundação.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2022

Teixeira & Associados
TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ MG20



Teixeira
Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103